

## 5 Conclusão

Após uma tentativa de compreender as concepções de *arquétipo*, *inconsciente coletivo* e *si-mesmo* construídas por Carl Gustav Jung, acreditamos que temos condições de ensaiar uma análise a partir destes construtos.

Inicialmente, chama a nossa atenção a riqueza, amplitude e complexidade de sua proposta teórica. Jung, como poucos, percorreu caminhos e estabeleceu ligações com diversas áreas do conhecimento humano. Para tentar compreendê-lo, percebemos a necessidade de lançarmos mão de um saber ligado a diversas áreas do conhecimento: mitologia, história, arqueologia, estudo comparado das religiões, filosofia, teologia, física, literatura, alquimia, antropologia, história da arte e muitas outras.

Outro aspecto para o qual atentamos é o fato de Jung sempre afirmar que suas constatações teóricas são de caráter científico, pois, mesmo com a amplitude das áreas implicadas em suas propostas teóricas, na grande maioria das vezes, demonstra certo cuidado neste aspecto, sugerindo uma busca de aceitação pelo meio acadêmico.

Como pudemos observar nas concepções analisadas neste estudo, Jung sempre quis ser reconhecido como cientista, e não como um filósofo, apologeta, teólogo ou místico. Mais que um cientista, inúmeras vezes afirma ser um cientista empírico e que suas afirmações são baseadas neste referencial.

Pieri, em seu **Dicionário junguiano**, aponta três diferentes significados para o termo *empírico*:

[Primeiro], qualifica o saber como produto da prática, razão pela qual indica o resultado de uma série de repetições e portanto da memória que brota da participação pessoal em situações específicas e repetidas.[...] Segundo [...], qualifica ao invés o saber intuitivo ou sensível [...], razão pela qual empíricos, enquanto últimos ou simples, são considerados os componentes do conhecimento. Com efeito, o termo salienta o caráter imediato da relação que se instaura entre o sujeito e o objeto [...]. Neste significado se distingue porém do termo ‘intelectual’, a partir da consideração kantiana de que são *empíricos* os materiais da experiência constituídos fundamentalmente pelos conteúdos das sensações, enquanto são *intelectuais* ou *a priori* as formas que os conteúdos experimentados assumem; e com efeito se diz que estes são mediados pelas formas do intelecto [...]. Terceiro [...], qualifica por fim a verificabilidade e a fundamentação do conhecimento dentro de um método específico e de um modelo particular. Jung observa que, em relação à noção de teoria científica extrametódica, a verdade empírica pode apenas se contentar com um ‘como se’ teórico [...] Nesta acepção,

o termo se contrapõe, portanto, a *transcendental* e a *metafísico*. Pelo caráter de mediatização que este terceiro significado do termo veicula, ele é claramente distinto do segundo significado. (PIERI, [1998] 2002, p. 169-170)

Em relação às concepções de *arquétipo*, *inconsciente coletivo* e *si-mesmo*, também podemos, em geral, observar estes mesmos aspectos de amplitude, complexidade, estabelecimento de conexões com outras áreas do conhecimento e busca de uma identidade científica empírica. Por outro lado, especificamente, ao nos depararmos com estas concepções, entendemos que as mesmas possuem contornos delicados que, de certa forma, dificultam uma aproximação numa busca mais conceitual.

Quanto à concepção de *arquétipo*, através do aspecto *enigmático* que tentamos apontar em nosso texto, parece ser mais viável circunscrever suas manifestações, e não descrevê-las, já que se trata de algo que, segundo Jung, extrapola nossa capacidade racional de compreensão.

Jung aponta que mesmo estas tentativas de circunscrição só podem ser feitas de modo aproximativo, e que qualquer tentativa de uma maior avizinhação implica numa espécie de *perda essencial*. Como já vimos, nas próprias palavras do autor, “toda tentativa de uma apreensão mais aguda [do arquétipo] pune-se imediatamente pelo fato de apagar a luminosidade do núcleo inapreensível de significado.” (JUNG, [1940] 2000b, §301).

Numa perspectiva de aparente *intocabilidade*, podemos inferir que, dentro da própria teoria junguiana, uma busca mais conceitual da concepção de arquétipo se encaminha para um paradoxo. Afinal, parece que esta própria busca faz com que nos sintamos desorientados, já que uma tentativa de compreensão faria com que perdêssemos sua essência.

Neste sentido, parece razoável a proposta de Jolande Jacobi de que se deva lidar com arquétipo “como se” conseguíssemos depreender conceitualmente o que viria a ser arquétipo (JACOBI, [1957] 1990, p. 37).

Apontamos também que o corolário da concepção de *arquétipo* seria a de *inconsciente coletivo*. Além de ser o *inconsciente coletivo* o *locus* onde se encontrariam os *arquétipos* – que em si, como descrevemos, possuem conceitualmente algumas fragilidades –, também, em nosso entender, a concepção de *inconsciente coletivo* sugere trazer *de per si* certos contornos delicados.

Desse modo, além de Jung perceber, paradoxal e conceitualmente, o inconsciente como algo incognoscível, associa-o também à vida – uma outra instância conceitual praticamente *intáctil*.

Os aspectos apontados por Jung, tanto do *inconsciente* num sentido amplo, como do *inconsciente coletivo*, são extremamente vastos. Aqui, também o termo circunscrição seria mais adequado do que o termo descrição. Afinal, o inconsciente é sábio e tem propósito. Criativo, apresenta uma espécie de consciência e de uma pré-existência que afeta nossa liberdade, pois é suprapessoal, e diante dele somos o objeto, e não o sujeito. Está ligado ao passado e ao futuro, e cria uma compensação curativa à consciência. É independente, onipresente e universal, com ramificações somáticas e psíquicas. É o somatório dos arquétipos e dos instintos. Por suas características, mostra que somos todos iguais perante ele, que é imutável e possui conteúdos numinosos. No fundo, é algo desconhecido, que é um *nomen* de aspectos demonstráveis.

Além destes aspectos circunscritivos, apontamos também, numa busca conceitual epistemológica, que Jung trata a concepção de *inconsciente coletivo* como *hipótese, conceito, idéia, tese e suposição*.

O que podemos inferir é que estes conceitos epistemológicos apontados para o objeto (inconsciente coletivo) dificultam a compreensão do que seria conceitualmente este mesmo objeto.

Como tivemos a oportunidade de ver, tornando ainda mais complexa uma possível busca conceitual, Jung afirma que o inconsciente coletivo é um *nome* para algo observável, que *deve existir* ou que *existe* indubitavelmente, mas que se apresenta de maneira difícil de provar no cotidiano das pessoas ditas *comuns*, isto é, não portadoras de psicopatologias graves.

De forma também semelhante, observamos que a concepção de *si-mesmo* apontada por Jung é circunscrita como algo indefinido, indefinível e indescritível. Enfim, uma totalidade impossível de ser abarcada empiricamente pela consciência. Diante destas características, só podemos percebê-lo através de suas inumeráveis manifestações simbólicas de sua própria infinitude.

Epistemologicamente, o *si-mesmo* também é apresentado como postulado, conceito ou conceito limite, como a “coisa-em-si” *kantiana*, e se manifesta como “eidos” – idéia.

O termo *postulado*, de acordo com Pieri, em seu **Dicionário junguiano**,

indica a proposição que se assume ou se pede para assumir como ponto de partida, não demonstrado, de um procedimento qualquer. Difere do *axioma*, que é indemonstrável por definição, e da *hipótese*, que é considerada verdadeira por aquele ao qual o discurso é dirigido. O termo ocorre [...] por exemplo, quando Jung assevera que a superação de uma antinomia pode valer, no plano epistemológico, apenas como postulado [...], enquanto – como ele próprio já havia sustentado [...] – as antinomias epistemológicas da psicologia, remetendo e abrindo a uma condição psicológica feita de atitudes fundamentalmente em contraste, devem ser assumidas e utilizadas sem demonstração, uma vez que cada uma das duas teses incluídas em toda antinomia jamais é admitida justamente pela outra à qual se refere. (PIERI, [1998] 2002, p. 389)

No que se refere à perspectiva de *conceito*, Pieri aponta que seria

o produto de todo procedimento mental que torna possível a descrição, previsão, classificação e categorização dos objetos cognoscíveis em base às qualidades e relações, que são consideradas comuns através do processo de validação histórica e intersubjetiva. Tal procedimento se realiza por força da comunicabilidade que deriva para o próprio conceito pelo seu consistir num signo lingüístico. Neste significado, o termo é, com efeito, expresso por toda espécie de signo, e indica qualquer tipo de objeto (abstrato ou concreto, próximo ou distante, presente ou remoto, interno ou externo, universal ou individual, existente ou inexistente, verificável ou inverificável). (idem, p. 113)

Quanto ao termo *idéia*, Pieri diz que é

derivado do verbo grego que significa “ver”, o termo é usado por Platão para designar o objeto na sua visão intelectual contrariamente à visão sensível. Na psicologia analítica junguiana o termo mantém tal significado. Mas, diversamente de Platão, que entende a *idéia* tão imutável e única quanto a coisa é ao invés mutável e múltipla, Jung entende ao invés que as *idéias* se contrapõem, ou melhor, se justapõem às coisas. (idem, p. 230)

A partir das concepções de *arquétipo*, *inconsciente coletivo* e *si-mesmo* e de suas características distintivas e epistemológicas, podemos cogitar que Jung, por vezes, mesmo com tentativas de esclarecimento de suas *idéias*, articula pontos de vista que não ficam bem definidos, fazendo com que lidemos com sua teoria mais como *possibilidade* de circunscrição.

Não queremos e nem devemos restringir toda a teoria de Jung às concepções de *arquétipo*, *inconsciente coletivo* e *si-mesmo*. Todavia, como apontamos na introdução deste trabalho, entendemos que estas três concepções são basilares dentro do pensamento junguiano – não podemos cogitar qualquer articulação com o corpo teórico junguiano sem levá-las em consideração. Assim, acreditamos que, a partir destas três concepções, podemos tentar estabelecer algumas considerações, num sentido mais amplo, sobre esta mesma teoria.

O que podemos perceber é que as concepções junguianas são definidas de modo insuficiente, o que as torna pouco talhadas para uma aproximação conceitual. Epistemologicamente, entendemos que há a necessidade de se definir melhor seus termos, estabelecer e esclarecer conceitos, verificar a viabilidade de utilizá-los, apontar uma possível necessidade de redimensioná-los e perceber as limitações para utilizá-los ou não.

Já em 1949, ao falar sobre sua própria teoria e vê-la como inacabada, prefaciando um livro do analista junguiano Erich Neumann, Jung afirma que

nenhum sistema [teórico] pode prescindir de uma hipótese geral que dependa, por seu turno, do temperamento e de pressupostos subjetivos do autor, e, simultaneamente, de dados objetivos. Em psicologia, esse fator é da maior importância, pois a “equação pessoal” dá colorido à maneira de ver. A verdade final, se existe tal coisa, exige o concerto de muitas vozes [e Neumann seria uma destas vozes]. (In: NEUMANN [1954] 1995, p. 11-12)

Parece que Jung percebeu suas idéias como um *corpo teórico em aberto*. Neste sentido, Andrew Samuels, fecundo teórico junguiano, afirma: “para aqueles que exigem o que considerariam ser os mais elevados padrões científicos, a psicologia junguiana será sempre deficiente” (SAMUELS, [1985] 1989, p. 22). Mais adiante, este mesmo junguiano cita e referenda E. Glover, afirmando que, “do ponto de vista da explicação científica, Jung é, na melhor das hipóteses, um escritor confuso” (GLOVER apud SAMUELS, idem). Ora, o confuso pode e deve ser discutido. Todavia, devemos ter referenciais que nos dêem subsídios para que possamos construir esta discussão.

Como apontado anteriormente, uma das características que podemos observar na teoria de Jung é que ela é desenvolvida através de uma maneira complexa e ampla, mas calcada num *corpo teórico aberto*. Por isso, articula-se num tipo de pensamento pouco afeito a uma estrutura coerente ou articulada de forma clara.

Tendo em vista uma perspectiva aberta e inclusivista, seus textos sugerem, por vezes, divagar por tangentes, ao invés de apontar objetivamente idéias de uma maneira lógica, formal ou sistematizada. Ao longo de sua obra, observamos várias definições distintas para os mesmos termos. Jung admitia este aspecto em seus escritos, mas não via isso “necessariamente como uma desvantagem”. Segundo ele, a vida não seguia o modelo lógico, racional ou coerente que “se tornou padrão para os escritos acadêmicos” e científicos. Seu próprio estilo talvez esteja “mais

próximo da complexidade da realidade psicológica” (FADIMAN [1976] 1986, p. 62).

Neste sentido, parece que Jung, ao construir sua própria teoria, articula-a, direta ou indiretamente, intencionalmente ou não, com alguns de seus objetos e métodos de investigação do inconsciente, como a *amplificação* e a *alquimia*.

O método de amplificação foi concebido por Jung para que as expressões do inconsciente, em especial os sonhos, se desenvolvessem em amplitude e intensidade a fim de que pudessem ser observadas e compreendidas. Este método, ao mesmo tempo, em parte se contrapõe e em parte acrescenta ao método das *associações livres*. (PIERI, [1998] 2002, p. 31)

A amplificação seria “uma espécie de ‘associação circular’, um movimento circular em torno dos vários componentes” (ADLER, [1967] 1976, p. 70) do inconsciente que se manifestam, por exemplo, num sonho.

Como instrumento da prática psicoterapêutica, a amplificação busca criar ligações dos contextos pessoais de um sonho com imagens universais, traçando paralelos “míticos, históricos e culturais a fim de esclarecer e ampliar o conteúdo metafórico do simbolismo onírico” (SAMUELS [1986] 1988, p. 26).

Através da amplificação, Jung estabelece comparações e, a todo instante, busca não *reduzir* nada que possa vir a surgir enquanto expressão do inconsciente. Neste sentido, em seu texto *Introdução “A psicanálise”, de W.M. Kranefeldt em Freud e a psicanálise*, volume IV de suas *Obras completas*, afirma que

para interpretar razoavelmente os “produtos” do inconsciente, tive que fazer uma leitura bem diferente dos sonhos e fantasias. De acordo com a natureza do caso – não os reduzia, como Freud, ao pessoal, mas colocava-os em analogia com símbolos da mitologia, da histórica comparada das religiões e de outras fontes, para conhecer o sentido que eles pretendiam exprimir. Este método deu, na verdade, resultados muito interessantes, porque permitiu uma leitura totalmente nova dos conteúdos do sonho e da fantasia, o que possibilitou uma união de tendências arcaicas – de outro modo incompatíveis com a consciência – com a personalidade consciente. (JUNG, [1930] 1989a § 761)

Para Jung, o sonho não buscaria ocultar nada, mas ser compreendido. Assim sendo, traça uma analogia da *filologia* à prática psicoterapêutica – em especial à *amplificação* – em sua *Terceira conferência, em Fundamentos da psicologia analítica (Tavistock Lectures)*, que se encontra em **Vida simbólica I**. Neste texto, afirma que

a suposição de que o sonho quer encobrir não passa de uma idéia antropomórfica. Nenhum filólogo pensaria isso de uma inscrição sânscrita ou cuneiforme. Há uma

máxima no Talmude que diz que o sonho é sua própria interpretação. Ele é a totalidade de si próprio. E se julgarmos que há alguma coisa por trás ou que algo foi escondido, não há dúvida de que não o entendemos.

Portanto, antes de mais nada, quando os senhores abordarem um sonho, pensem: “Não entendo uma palavra do que está aqui.” Recebo muito bem esta sensação de incompetência, pois então sei que será preciso um bom trabalho em minha tentativa de entender o sonho. O que faço é o seguinte: Adoto o método do filólogo que está bem longe de ser livre associação, aplicando um princípio lógico – a *amplificação*, que consiste simplesmente em estabelecer paralelos. (JUNG, [1935] 1998 §§ 172-173)

O que percebemos na construção de suas concepções é o fato de Jung ir amplificando-as de tal modo que sugere ser difícil fechá-las, ou não ver muito sentido nisso. Podemos encontrar, numa perspectiva análoga, semelhante possibilidade de compreensão em relação aos estudos que Jung fez em relação à alquimia.

Entre muitas das áreas de pesquisa de Jung, notamos que ele se dedicou profundamente ao simbolismo alquímico, numa tentativa de dar ou buscar um significado psicológico ao mesmo (JUNG, [1944] 1991b) (JUNG, [1955-1956] 1988b) (JUNG, [1955-1956] 1989b) (JUNG, 2003b).

Ao mergulhar na alquimia, percebeu nela uma rica organização de imagens simbólicas ligadas a processos intrapsíquicos que observava em suas pesquisas sobre o inconsciente – uma das buscas alquímicas é a *Coincidentia oppositorum*, que seria a união dos opostos (JUNG, [1951] 1990 § 141). Assim sendo, dentro da alquimia, há um grande interesse pela questão dos opostos, que por vezes parece ser o paradigma buscado por Jung em sua teoria, e não só a compreensão dos processos psíquicos.

Esta possível chave de leitura parece relevante, já que podemos observar Jung sempre se esforçando em considerar e integrar à sua teoria pontos de vista distintos, o que, no nosso entender, levou-o a não tomar posições conceituais claras ou definidas, mas sim, relativizadas e constantemente abertas a ampliações.

Assim sendo, tendo desenvolvido um sistema deliberadamente inclusivo, com pouca preocupação na elaboração de um corpo teórico geral, ele admitia novas informações para que se adaptassem a essa estrutura teórica inclusiva. Por outro lado, de forma autêntica e interessante, Jung nunca demonstrou desejar ou ter todas as respostas, nem que as novas descobertas viessem confirmar suas teorias. Por fim, o que fica claro é que ele não se preocupava muito com o ponto

de vista apenas racional nas pesquisas em Psicologia – afinal, para ele, “o intelecto não capta o fenômeno psicológico como um todo” (JUNG, [1951] 1990, § 52).

Dentro de um aspecto vivencial, é interessante tal postura. Todavia, ao tentarmos lançar mão de uma teoria sem definições claras, ficamos, mais uma vez, numa difícil situação metodológica ou epistemológica.

Neste aspecto, ao nos aproximar e aprofundar na teoria de Jung de uma forma mais crítica, além de perceber em seus textos um estilo difícil, extremamente erudito e complexo, defrontamo-nos com alguns elementos conceituais que levam a distinguir limitações para que esta teoria tenha uma interface dialogal acadêmica.

Inicialmente, o que se observa é que a teoria junguiana necessitaria de uma estrutura lógica mais consistente, viabilizando uma categorização de seus termos e construtos teóricos, para que possamos adotá-la como referencial em condições de interlocução acadêmica. Quando se lida com a obra de Jung, nota-se que seus conceitos vão se modificando ao longo da mesma, não só numa tentativa de delimitação e esclarecimento, mas também de ampliações que vão assimilando novas possibilidades.

Mais uma vez, entendemos que este aspecto seja louvável, já que o próprio autor questiona e amplia seus próprios conceitos. Todavia, parece que, ao mesmo tempo, remete-nos à necessidade de uma precisão conceitual mais apurada ou definida.

Desta forma, inevitavelmente, segundo o junguiano Jader Sampaio, na “maioria de suas obras ele [Jung] se sente na obrigação de reexplicar o sentido de seus conceitos” (SAMPAIO, 1999, p. 163). Mesmo que observemos seu esforço para tentar construir suas idéias dentro de um viés acadêmico, vê-se que Jung não consegue se encaixar satisfatoriamente dentro deste espaço.

Num raciocínio análogo, retomamos uma passagem, em tom de advertência, em que Nise da Silveira tenta acompanhar e construir uma compreensão do que seria *complexo*. Segundo esta autora,

não se surpreenda o leitor de encontrar através da obra de Jung definições de complexo que não se superponham exatamente. O mesmo ocorrerá a outros conceitos seus. Jung nunca pretendeu construir de uma vez por todas um sistema científico. Sua obra é um organismo que cresceu e transformou-se enquanto foi vivo seu autor. (SILVEIRA, [1981] 1984, p. 39)

Por outro lado, mesmo querendo dialogar com o meio acadêmico e ser reconhecido por ele como um cientista, parece que Jung está, por vezes, *serrando o próprio galho em que está sentado*, ao demonstrar curta paciência com discussões teórico-rationais.

Ao comentar sobre o dogma religioso, no texto *Psicologia e religião* do livro **Psicologia da religião ocidental e oriental**, afirma que

para certa camada intelectual medíocre, caracterizada por um racionalismo ilustrado, uma teoria científica que simplifica as coisas constitui excelente recurso de defesa, graças a inabalável fé do homem moderno em tudo o que traz o rótulo de “científico” [...] Em minha opinião e sob o ponto de vista da verdade psicológica, qualquer teoria científica, por mais sutil que seja, tem, em si mesma, menos valor do que o dogma religioso, e isto pelo simples motivo de que uma teoria é forçosa e exclusivamente racional, ao passo que o dogma exprime, por meio de sua imagem, uma totalidade irracional. Este método garante-nos uma reprodução bem melhor de um fato irracional como a existência psíquica. (JUNG, [1938/1940] 1983 § 81)

Com certeza, seria uma grande ingenuidade ter uma “fé inabalável” apenas naquilo que se apresenta como científico – mesmo porque a perspectiva de “fé inabalável” nos afastaria de uma dimensão crítica dentro do próprio meio acadêmico-científico. Por outro lado, entendemos ser possível, se adotarmos uma perspectiva acrítica, abdicando de uma racionalização acadêmica, enveredar também por uma espécie de *dogma junguiano*. Afinal, parece ser necessário um mínimo de estruturação conceitual mais apurada para lidar e transitar no meio acadêmico, o que por vezes Jung sugere ser deficiente – dentro do esforço que estamos tentando fazer.

Neste sentido, pensamos ser relevante inquirir se estamos utilizando conceitos junguianos sem questioná-los, dentro de um viés que os articula *como se fossem verdades* e, mais preocupante, nos orientando por estas *verdades*. Se estes conceitos se transformaram em *verdades* ou *dogmas teóricos* inquestionáveis dentro do meio junguiano, somos levados a crer que estaríamos nos aproximando mais de uma *dinâmica da crença* do que *da Psicologia* e, assim, começaríamos a *acreditar* ao invés de *pensar* em Jung.

Com certeza, Jung se aproximou, como poucos e com grande profundidade, da linguagem do inconsciente – talvez daí seu hermetismo, sua linguagem difícil e a sua dificuldade em dar uma forma fechada a sua teoria, ou, quem sabe, sua opção por não fazê-lo. Mas, ao mesmo tempo, sua falta de definição de conceitos claros nos leva a perceber que sempre existe a possibilidade de um *dever*

*conceitual*, que nos deixará epistemologicamente perdidos, dentro da incomensurabilidade coletiva e arquetípica que ele mesmo atribuiu à *psique*.

Assim sendo, somos levados a crer que, da forma como se encontram suas definições, conceitos e construções teóricas, eles sempre se apresentarão pouco adequados para uma aproximação dentro de um viés acadêmico. Neste sentido, se estivermos corretos em nossa percepção, talvez este seja um caminho para compreendermos o motivo de a teoria de Jung, num sentido mais amplo, ter pouca inserção no meio acadêmico, criando, assim, uma *reserva acadêmica* em relação à psicologia junguiana – uma reserva percebida tanto pelos junguianos no Brasil (FREITAS, 2004, p.411-416) (PENNA, 1998, p. 177-182), quanto no exterior (TRACEY, 1997, p.2).

Entendemos que o meio acadêmico é um espaço democrático e privilegiado para desenvolvermos um possível aprofundamento do pensamento junguiano. Mais que isso, acreditamos que ele possa ser um lugar adequado para uma busca de legitimação da teoria de Jung. Assim sendo, precisaremos nos esforçar, numa perspectiva de autocrítica, para perceber as possíveis dificuldades teóricas desta linha de pensamento psicológica.

Certamente, há uma dificuldade em analisar criticamente um autor com o qual nos identificamos, mas entendemos que há a necessidade de fazê-lo para evitar a criação de dogmas em nossas *convicções teóricas*. Uma postura analítica da própria psicologia analítica nos preserva da possibilidade de um dogmatismo ou fundamentalismo junguiano.

A impressão que temos é que nunca se demonstrou tanto interesse em Jung, como os dias de hoje. Desse modo, tudo leva a crer que estamos num momento interessante para uma perspectiva de busca mais conceitual, já que observamos uma crescente atenção pela linha de Jung dentro do meio acadêmico da Psicologia e também fora dele. Afinal, sendo um sistema teórico aberto, Jung deixou muitas possibilidades de caminhos a percorrer.

Exemplarmente, Charles R. Card<sup>68</sup>, em seu artigo intitulado *The emergence of archetypes in present-day science and its significance for a contemporary philosophy of nature*, aponta o surgimento da concepção de arquétipo no meios acadêmicos de diversas outras áreas do conhecimento da ciência contemporânea,

---

<sup>68</sup>Department of Physics and Astronomy – University of Victoria, Canada.

como computação, biologia e sistemas não lineares (CARD, 1996). Todas estas possibilidades são interessantes, mas entendemos que possa ser mais interessante ainda nos referendar e exercitar dentro do próprio campo acadêmico da Psicologia, para compreender nossas questões e singularidades.

Se, em um momento inicial deste trabalho, colocamo-nos de uma forma mais pessoal acerca da teoria junguiana em nosso percurso profissional e acadêmico, julgamos que, agora, podemos fazê-lo novamente.

Neste sentido, a impressão que se tem é que a nossa relação com a mesma parece menos *apaixonada* e mais *amorosa*. Assim sendo, continuamos ainda tendo uma identificação muito grande com esta linha psicológica, sem, contudo, deixar de lado a percepção de que ela possui elementos conceituais lacunares que necessitam de um maior aprofundamento e precisão.

Apesar de o próprio Jung apontar sua teoria como algo aberto e achar interessante que outros se aproximem e discutam suas concepções, não temos a pretensão de propor algo inovador dentro dessa teoria. Todavia, acreditamos que podemos contribuir apontando que a mesma possa apresentar elementos conceituais que precisam ser melhor *afinados*. Pensamos que este seja o grande estímulo provocador para nós, junguianos.

Entretanto, o que podemos perceber, de um modo geral, pelo menos dentro da realidade brasileira, é uma falta de junguianos no meio acadêmico. Entendemos como um grande desafio uma busca dialogal com este mesmo meio. Sem dúvida alguma, buscar este diálogo sem perder a identidade junguiana é extremamente instigante e inquietante.

Poderíamos assumir uma visão polarizada, limitando-nos a uma crítica árida e estiolante, ou, por outro lado, abandonar as pontuações acadêmicas em busca da riqueza multicolorida e sedutora do mundo das imagens arquetípicas. Todavia, numa metáfora alquímica, entendemos que esta possível junção de opostos seja mais frutífera para ambos os lados, apesar de trazer as comuns inquietações provenientes da abertura a questionamentos.

Neste sentido, parece que os alquimistas indicam um caminho interessante, ao afirmarem: “*Rumpite libros, ne corda vestra rumpantur*” (JUNG [1944] 1991b § 564) – temos de rasgar os livros antes que nossos corações se rasguem. Mas, por outro lado, ainda seguindo os alquimistas, temos que continuar insistindo, justamente, no estudo dos livros.